

Banco Komatsu do Brasil S.A.

**Demonstrações Financeiras de 31 de
dezembro de 2022 e 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço Patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Komatsu do Brasil S.A., correspondente às atividades desenvolvidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, elaboradas em conformidade com a legislação vigente, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Ouvidoria

O Banco Komatsu, em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº4.860/20, do Conselho Monetário Nacional, mantém o componente organizacional de ouvidoria. Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que busca o aprimoramento de nossos procedimentos e rotinas, assim como o aperfeiçoamento de nossos produtos e serviços.

Desempenho

O Banco Komatsu tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos distribuídas pelo grupo Komatsu no Brasil.

O valor da carteira de operações de crédito e arrendamento financeiro no encerramento do exercício de 2022, foi de R\$ 714 milhões (R\$ 480 milhões em 2021).

O lucro líquido no exercício de 2022, após a dedução da provisão para imposto de renda e da contribuição social, foi de R\$ 10 milhões (R\$ 10 milhões em 2021). O patrimônio líquido no final do exercício de 2022 totalizava R\$ 172 milhões (R\$ 169 milhões em 2021), com o índice de Basileia de 22,74% (32,96 em 2021).

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos e juros sobre o capital próprio que somados, correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

Os Juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros.

Em 31 de dezembro de 2022, houve uma provisão de 50% do lucro do exercício para dividendos no valor de R\$ 5.167 milhões.

Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas e clientes pelo apoio e confiança e aos nossos colaboradores pelo seu comprometimento e dedicação.

A Administração

São Paulo, 16 de março de 2023.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores do

Banco Komatsu do Brasil S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Komatsu do Brasil S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Komatsu do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

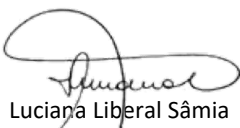
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP



Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

ATIVO	NOTA	2022	2021
Disponibilidades	5a	26.010	22.973
Ativos Financeiros		712.881	533.506
Títulos e valores Mobiliários	6a	-	50.614
Instrumentos Financeiros Derivativos	6b	3.048	7.684
Operações de Crédito	7a	703.735	474.834
Operações de Crédito		714.342	480.320
Operações de Arrendamento Mercantil		-	722
(Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito)	7g	(10.607)	(6.208)
Outros Ativos Financeiros	8	6.098	374
Ativos Fiscais		15.930	14.394
Ativos Tributários Correntes		10.163	10.346
Crédito Tributário	17b	5.767	4.048
Imobilizado de Uso	10	568	563
Outras imobilizações de uso		1.085	1.167
(Depreciação acumulada)		(517)	(604)
Outros Ativos	9	5.859	2.648
TOTAL DO ATIVO		761.248	574.084
PASSIVO			
	NOTA	2022	2021
Passivos Financeiros		549.344	383.017
Depósitos	11	204.078	226.996
Obrigações p/Empréstimos no Exterior e no País	12	289.270	135.431
Obrigações p/ Repasses País - Instituições Oficiais	13	43.540	18.314
Instrumentos Financeiros Derivativos	6b	12.456	2.276
Outros Passivos	14	27.487	9.099
Passivos Fiscais		11.804	12.835
Passivos Tributários Correntes		11.804	11.335
Obrigações Fiscais Diferidas	17b	-	1.500
Patrimônio Líquido		172.613	169.133
Capital Social	15a	150.000	150.000
Ajuste de Avaliação Patrimonial	6d	(856)	832
Reserva Legal		1.514	997
Reserva de Expansão		-	17.304
Reserva Estatutária		21.955	-
TOTAL DO PASSIVO		761.248	574.084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e de 2021 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2022

	NOTA	2ºSemestre 2022	2022	2021
Receitas da Intermediação Financeira		73.851	141.679	97.472
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	7b	47.375	84.738	62.796
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5b	2.228	4.411	1.328
Rendas de Títulos de Renda Fixa		-	11	-
Rendas c/ Instrumentos Financeiros Derivativos	6e	24.248	52.519	33.348
Despesas da Intermediação Financeira		(71.772)	(155.880)	(92.063)
Operações de Captação de Mercado		(11.002)	(20.720)	(10.163)
Operações de Empréstimos e Repasses		(25.015)	(56.774)	(38.858)
Operações de Arrendamento Financeiro		(346)	(4.000)	(15.484)
Operações de Instrumentos Financeiros Derivativos	6e	(35.409)	(74.386)	(27.558)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		2.079	(14.201)	5.409
Resultado de Provisão para Perdas		(2.438)	(4.477)	(1.993)
(Provisão) para perdas associadas ao risco de crédito		(2.438)	(4.477)	(1.993)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		10.097	38.589	15.419
Receitas de Prestação de Serviços	21a	264	402	434
Despesas Tributárias	21a	(943)	(1.795)	(2.127)
Outras Receitas Operacionais	21a	16.829	51.947	27.923
Despesas de Pessoal	21d	(2.083)	(3.900)	(3.713)
Despesas de Honorários de Diretoria	21d	(1.921)	(3.926)	(3.553)
Despesa Contingência Trabalhista		-	(243)	-
Outras Despesas Administrativas	21c	(2.049)	(3.896)	(3.545)
Resultado Operacional		9.738	19.911	18.835
Outras Receitas e (Despesas)	21b	119	414	73
Resultado antes da Tributação		9.857	20.325	18.908
Imposto de Renda e Contribuição Social	17	(4.172)	(9.599)	(8.620)
Provisão para Imposto de Renda		(2.888)	(6.560)	(6.409)
Provisão para Contribuição Social		(2.439)	(4.724)	(4.741)
Impostos Diferidos		1.155	1.685	2.530
Participação nos Lucros		(276)	(391)	(223)
Resultado do Período		5.409	10.335	10.065
Lucro líquido por ação		0,5409	1,0335	0,10065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente dos Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e de 2021 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2022

	2ºSemestre 2022	2022	2021
Resultado Líquido do Período	5.409	10.335	10.065
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:	(836)	(1.688)	1.035
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	(836)	(1.688)	1.035
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido	(1.520)	(3.221)	2.034
Efeito fiscal	684	1.533	(999)
Resultado Abrangente	4.573	8.647	11.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da Muta  o do Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Reservas de Lucros					Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Expansão	Outros Resultados abrangentes		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	100.000	494	-	7.742	(203)	-	108.033
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	10.065	10.065
Aumento de Capital	50.000	-	-	-	-	-	50.000
Destina��o do Lucro:							
Reserva Legal	-	503	-	-	-	(503)	-
Reserva de Expansão	-	-	-	9.562	-	(9.562)	-
Ajuste de Avalia��o Patrimonial	-	-	-	-	1.035	-	1.035
Saldos em 31 de dezembro de 2021	150.000	997	-	17.304	832	-	169.133
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	10.335	10.335
Destina��o do Lucro:							
Reserva Legal	-	517	-	-	-	(517)	-
Reserva de Estatutária	-	-	9.818	-	-	(9.818)	-
Reserva de Expansão	-	-	17.304	(17.304)	-	-	-
Dividendos	-	-	(5.167)	-	-	-	(5.167)
Ajuste de Avalia��o Patrimonial	-	-	-	-	(1.688)	-	(1.688)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	150.000	1.514	21.955	-	(856)	-	172.613
Saldos em 30 de junho de 2022	150.000	1.243	21.984	-	(20)	-	173.207
Lucro Líquido do 2�� Semestre	-	-	-	-	-	5.409	5.409
Destina��o do Lucro:							
Reserva Legal	-	271	-	-	-	(271)	-
Reserva Estatutária	-	-	5.138	-	-	(5.138)	-
Dividendos	-	-	(5.167)	-	-	-	(5.167)
Ajuste de Avalia��o Patrimonial	-	-	-	-	(836)	-	(836)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	150.000	1.514	21.955	-	(856)	-	172.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstra  es financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e de 2021 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2022

	NOTA	2ºSemestre 2022	2022	2021
RESULTADO DO PERÍODO		5.409	10.335	10.065
Ajustes ao Resultado:		599	7.366	(1.062)
Depreciação de Imobilizado	21c	94	179	174
Depreciação de Arrendamento Financeiro		133	428	4.211
provisão/(reversão) de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	7g	2.438	4.477	1.993
Insuficiência de Depreciação		82	3.145	(4.039)
Reversão p/Desvalor.de Ativos não Finan.Mantidos p/venda		-	(90)	90
Resultado Alienação de Ativos não Finan.Mantidos p/venda		(119)	(325)	(68)
Resultado MTM dos Inst.Finan.Derivativos		(869)	602	(1.035)
Impostos Diferidos		(1.155)	(943)	(1.520)
Recuperação de Créditos		(5)	(107)	(810)
Recuperação de Ativos não Financeiros Mantidos p/venda		-	-	(95)
Perda operacional		-	-	37
LUCRO/(PREJUÍZO) AJUSTADO DO PERÍODO		6.008	17.701	9.003
Variações Patrimoniais				
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais		(140.973)	(189.242)	(178.891)
Instrumentos Financeiros Derivativos		(386)	55.250	(55.754)
Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro		(125.307)	(234.022)	(116.251)
Outros Ativos		(15.280)	(10.470)	(6.886)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais		127.446	174.496	119.610
Depósitos Interfinanceiros		4.410	(22.708)	74.396
Depósitos a Prazo		-	(211)	(5.448)
Instrumentos Financeiros Derivativos		6.023	10.180	(6.907)
Obrigações p/ Empréstimos e Repasses		3.062	25.226	35.353
Obrigações p/ Empréstimos no Exterior e no País		98.489	153.839	14.616
Outros Passivos		15.462	8.170	7.600
ATIVIDADES OPERACIONAIS - CAIXA LÍQUIDO (APLICADO)		(7.519)	2.955	(50.278)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO - CAIXA LÍQUIDO (APLICADO)		(18)	82	(91)
(Aquisição) de Imobilizado de Uso		(183)	(195)	(173)
Baixa de Imobilizado de Uso		165	277	82
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO - CAIXA LÍQUIDO GERADO		-	-	50.000
Aumento de Capital		-	-	50.000
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(7.537)	3.037	(369)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		33.547	22.973	23.342
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		26.010	26.010	22.973
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(7.537)	3.037	(369)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

O Banco Komatsu do Brasil S.A. (Banco) está focado em oferecer financiamentos para a aquisição de máquinas e equipamentos produzidos pela Komatsu Brasil *International* Ltda. e comercializados por sua rede de distribuidores no Brasil, através das modalidades de financiamento Finame (BNDES), CDC e Arrendamento Financeiro. Como não está envolvido com outros produtos bancários de crédito ou de investimentos, é capaz de concentrar seus esforços na oferta de produtos e serviços específicos para seus clientes em condições de excelência.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e com as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 13.818/19.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às Instituições Financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

Resolução CMN nº 4.924/21	Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	CPC 00
Resolução CMN nº 4.924/21	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	CPC 01
Resolução CMN nº 4.524/16	Efeitos das mudanças taxas câmbio e conversão de demonstrações financeiras	CPC 02
Resolução CMN nº 4.910/21	Demonstração dos Fluxos de Caixa	CPC 03
Resolução CMN nº 4.534/16	Ativo intangível	CPC 04
Resolução CMN nº 4.818/20	Divulgação sobre Partes Relacionadas	CPC 05
Resolução CMN nº 3.989/11	Pagamento Baseado em Ações	CPC 10
Resolução CMN nº 4.924/21	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	CPC 23
Resolução CMN nº 4.818/20	Evento Subsequente	CPC 24
Resolução CMN nº 3.823/09	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	CPC 25
Resolução CMN nº 4.535/16	Ativo Imobilizado	CPC 27
Resolução CMN nº 4.877/20	Benefícios a Empregados	CPC 33
Resolução CMN nº 3.989/11	Resultado por Ação	CPC 41
Resolução CMN nº 4.924/21	Mensuração do valor justo	CPC 46
Resolução CMN nº 4.924/21	Receita de Contrato com Cliente	CPC 47

Essas demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas em reunião de Diretoria em 16/03/2023.

3 Principais Práticas Contábeis

a. Apuração do Resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, e reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base *pro rata die*.

Não são apropriadas as receitas de operações de crédito que apresentarem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal e/ou encargos.

Adicionalmente, as receitas e despesas foram reconhecidas segundo a Portaria MF nº 140/84 que estabelece normas às contraprestações de arrendamento mercantil que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no período;
- Ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil; e
- Os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por Disponibilidades em moeda nacional e Aplicações em Depósitos Interfinanceiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias (entre a data de aplicação e vencimento do ativo) e quando de um resgate antecipado, apresentam risco insignificante de mudança do valor justo, sendo utilizado pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (**Nota 5**).

c. Instrumentos Financeiros Derivativos

Os Instrumentos Financeiros Derivativos integrantes da carteira do Banco são utilizados para *hedge* (proteção) e seguem as orientações da Resolução CMN nº 4.966/21. Esses instrumentos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os Instrumentos Financeiros Derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção *hedge* e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- Hedge* de Risco de Mercado – Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de *hedge*, têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período;
- Hedge* de Fluxo de Caixa – Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nesta categoria, bem como o item objeto de *hedge*, têm seus ajustes a valor de mercado da parcela efetiva do *hedge* registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributário, e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receita e despesa, no resultado do período (**Nota 6**).

Os Instrumentos Financeiros Derivativos que não atendam aos critérios do *hedge* têm seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

d. Operações de Crédito – Operações de Crédito, de Arrendamento Financeiro e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A carteira de crédito, contemplando as operações de crédito, de arrendamento financeiro são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, e experiência passada e os riscos específicos em relação a operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito deixam de ser apropriadas para resultado enquanto as operações apresentarem atraso igual ou superior a 60 dias.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociações de contrato em atraso igual ou superior a 60 dias ou em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, é calculada individualmente por devedor, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 (**Nota 7**).

e. Outros Ativos – Outros Valores e Bens

Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

Registram-se como Ativos não Financeiros Mantidos para Venda do Banco, os bens adjudicados, recebidos por dação em pagamento ou por qualquer outra forma recepcionados para a liquidação ou amortização de dívidas, tomando-se por base os seguintes critérios de reconhecimento desses ativos:

O valor dos bens é registrado considerando os seguintes critérios:

- Bens com valor superior a R\$ 51.100 - são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico de empresa terceirizada e não ligada do Banco;
- Bens com valor entre R\$ 25.551 e R\$ 51.099 – são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico de empresa terceirizada e não ligada do Banco; e
- Bens com valor inferior a R\$ 25.550 – são registrados pelo saldo médio obtido nas vendas dos últimos 6 meses, levando em consideração as características do bem.

Adicionalmente, no caso de recuperação de créditos mediante dação de bens em pagamento, são observados os seguintes procedimentos:

- Quando a avaliação dos bens for superior ao valor contábil dos créditos, o valor registrado é igual ao montante de crédito, uma vez que não é permitida a contabilização do diferencial como receita; e
- Quando a avaliação dos bens for inferior ao valor contábil dos créditos, o valor registrado limita-se ao montante da avaliação dos bens.

O Banco avalia periodicamente, se há alguma indicação de que esses bens possam ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, o Banco estima o seu valor recuperável. Se o valor recuperável for inferior que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em “Resultado de Provisão para Perdas associadas ao risco de crédito” (**Nota 3g**).

f. Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço que ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas (**Nota 9**).

g. Imobilizado de Uso

Até dezembro de 2016 o imobilizado de uso foi registrado pelo custo de aquisição e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 20% para veículos, processamento de dados e 10% nos demais itens (**Nota 10**).

A partir de janeiro de 2017 de acordo com a Resolução CMN nº 4.535/16 do BACEN, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos que impactem sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis a alocação e condição para seu funcionamento.

Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo calculada de forma linear, e reconhecida mensalmente em contrapartida a conta específica de despesa operacional, considera-se vida útil do bem no período do tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

h. Ajustes aos Valores Recuperáveis dos Ativos (*Impairment*)

O Banco adota a prática de executar testes nos valores de recuperação dos seus Ativos não financeiros de acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, no mínimo uma vez a cada exercício, com o objetivo de verificar a existência de evidências de desvalorizações desses Ativos e consequente ajustes contábeis desses Ativos aos seus valores de realização. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram identificadas perdas por *Impairment*.

i. Imposto de Renda e Contribuição Social (Ativos e Passivos)

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, são registrados na rubrica “Ativos Fiscais” e realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

Com base na Resolução CMN nº 4.842/20, os resultados tributáveis históricos e projeções de prazo preparado pelo Banco, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização desses ativos.

A provisão para o imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240 anuais. A provisão para a contribuição social é calculada à alíquota de 20%, a Medida Provisória nº 1.115/22, majorou a alíquota de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido para os Bancos, de 20% para 21% para o período de agosto à dezembro de 2022, retornando a 20% a partir de 1º de janeiro de 2023.

j. Rendas de Exercícios Futuros

Entende-se como rendas antecipadas as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação do serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, dependa apenas, da fluência do prazo.

k. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$) mil, que é a moeda funcional do Banco. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

l. Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

Em 31 de dezembro de 2022 o Banco não possui Ativos e Passivos Contingentes.

m. Benefícios a Empregados

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de benefícios a empregados de curto e longo prazo, são efetuados, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/20. Em consonância com o Regime de competência, o pronunciamento requer que a entidade reconheça um passivo em contrapartida no resultado do período.

Os valores referentes a participação nos lucros (PLR) de diretores e empregados são reconhecidos em “Outros Passivos – Provisão para Participação nos Lucros” em contrapartida ao resultado, em “Participação de Empregados e Administradores nos Lucros e Resultado”.

n. Depósitos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado com base no regime de competência pelo prazo das operações originárias, e são apresentados como redutores do passivo correspondente.

As captações que são objeto de *hedge* de Fluxo de Caixa são avaliadas pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor justo dessas operações são registrados na mesma linha que abriga o instrumento financeiro, em contrapartida de “Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos”.

o. Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perdas, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

p. Resultado Recorrente / Não Recorrente

As políticas internas do exercício de 2022 consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco previsto em seu Estatuto Social, ou seja, “a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteira comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio, e o exercício de administração da carteira de valores mobiliários, bem como participar de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira”. Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido do Banco do exercício de 2022, no montante de R\$ 10.335, foi obtido com base em resultados recorrentes, a não ser a majoração da Contribuição Social que no segundo semestre, passou de 20% para 21% para os Bancos, e voltará para 20% em janeiro de 2023.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido dos exercícios	<u>10.335</u>	<u>10.065</u>
Resultado não recorrente		
Majoração da alíquota da CSLL no Corrente	<u>(135)</u>	<u>(503)</u>
Lucro líquido recorrente	<u>10.200</u>	<u>9.562</u>

4 Principais Julgamentos e Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. A Administração aplica estimativas que podem alterar significativamente os montantes apresentados nas demonstrações financeiras, sendo que os valores podem ser divergentes em cenários em que são empregadas tais proposições. A seguir, estão descritas políticas contábeis adotadas que possuem elevada complexidade e norteiam aspectos relevantes na apuração de nossas operações.

a. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de operações de crédito e arrendamento financeiro

Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 2.682/99.

O Banco constitui provisão adicional para perdas de crédito, mediante ao cenário de crise no mercado de crédito, a qual segue os critérios da política interna de operações de créditos, que cita inclusive, eventos extraordinários que impliquem em maior risco de inadimplência da carteira de crédito. Maiores detalhes sobre os critérios utilizados na mensuração das perdas associadas ao risco de crédito são apresentados na **(Nota 7)**.

b. Créditos tributários

A realização de créditos tributários está suportada pelas projeções orçamentárias do Banco, devidamente aprovada pela diretoria. Referidas projeções estão embasadas no planejamento estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico como inflação e taxa de juros, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros.

Este item é apontado especialmente por conta da representatividade dos saldos de créditos tributários ativados, pela utilização de estimativas de rentabilidade futura que incorrem em alto grau de julgamento e pelos impactos relevantes que mudanças de premissas podem trazer para as demonstrações financeiras.

O detalhamento para a realização de créditos tributários está apresentado na **(Nota 17)**.

c. Mensuração do Valor Justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo dos ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

O modelo de mensuração do valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos, incluindo os derivativos, desenvolvidos pela Administração, leva em consideração o cenário econômico, a coleta de indicadores e preços praticados no mercado, aplicáveis a estes instrumentos na data do balanço. O valor da liquidação destes instrumentos financeiros poderá ser diferente dos valores estimados.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa do Banco, conforme Resolução CMN nº 4.818/20, apresentado no Balanço está constituído por:

a) Disponibilidades

	2022	2021
Disponibilidade	5.936	19
Aplicação em Depósitos Interfinanceiros (1)	20.074	22.954
TOTAL	26.010	22.973

- (i) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor de mercado.

b. Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

	2º Semestre 2022	2022	2021
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.228	4.411	1.328
TOTAL	2.228	4.411	1.328

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Ativo	2022		2021	
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado
Título de Renda Fixa				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	50.625	50.614

b. Composição dos montantes de diferenciais a receber e a pagar, na rubrica de instrumentos financeiros derivativos

2022				
Ativo		Ajuste ao Valor de Mercado (no Resultado/Patrimônio Líquido)	Diferencial a Receber	Custódia
Derivativos	Valor de Custo			
Operações de swap - diferencial a receber	3.951	(903)	3.048	Cetip
Total Contratos a receber			3.048	
2022				
Passivo		Ajuste ao Valor de Mercado (no Resultado/Patrimônio Líquido)	Diferencial a Pagar	Custódia
Derivativos	Valor de Custo			
Operações de swap - diferencial a pagar	(10.104)	(2.352)	(12.456)	Cetip
Total Contratos a Pagar			(12.456)	
2021				
Ativo		Ajuste ao Valor de Mercado (no Resultado/Patrimônio Líquido)	Diferencial a Receber	Custódia
Derivativos	Valor de Custo			
Operações de swap - diferencial a receber	83.885	(76.201)	7.684	Cetip
Total Contratos a receber			7.684	
2021				
Passivo		Ajuste ao Valor de Mercado (no Resultado/Patrimônio Líquido)	Diferencial a Pagar	Custódia
Derivativos	Valor de Custo			
Contrato NDF - Non Deliverable Forward (a) - diferencial a pagar	(26.117)	25.009	(1.108)	Cetip
Operações de swap - diferencial a pagar	(25.429)	24.261	(1.168)	Cetip
Total Contratos a Pagar			(2.276)	

- (a) Os Contratos NDF-*Non Deliverable Forward* não apresentaram efetividade do *hedge* de acordo com a Resolução nº 4.966/21, portanto não impactaram o Patrimônio Líquido do Banco no período.

Para “Instrumentos Financeiros Derivativos”, o valor de mercado foi apurado com base nos seguintes critérios:

Com base nos valores referenciais de cada um dos parâmetros dos contratos, considerando o fluxo de caixa descontado a valor presente pelas taxas no mercado futuro de juros, destina-se a atender as necessidades próprias, no sentido de reduzir sua exposição e riscos de mercado, moeda e juros.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Banco não apresentava títulos classificados como “Títulos Disponíveis para Venda” e “Negociação”.

d. Hedge de Fluxo de Caixa

Conforme a Resolução CMN nº 4.966/21 as operações classificadas como *Hedge* são realizadas com instrumentos derivativos com o objetivo de mitigar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista e são classificadas como *Hedge* de risco de mercado caso se destinem a compensar riscos decorrentes de variação no valor de mercado ou classificadas como *Hedge* de fluxo de caixa quando se destinam a compensar variação no fluxo de caixa estimado da instituição.

O *Hedge* é considerado efetivo quando compensam as variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa do objeto de *Hedge* num intervalo entre 80% à 125% de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21.

As efetividades das estruturas dos *Hedges* de risco de fluxos de caixa são medidas mensalmente, e estão em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN.

A estrutura de *hegde* contábil das operações abaixo foram constituídas associando-se a um contrato de *Swap* do tipo fluxo de caixa, para cada fluxo de pagamento das captações, seja de juros ou de principal e juros, sendo a posição ativa do Banco idêntica à remuneração dos contratos de captação.

Composição da estrutura de hedge de risco de fluxo de caixa

2022					
Objetos de Hedge					
	Valor Nominal	Valor na Curva	Valor de Mercado		Ajuste ao MTM
			Ativos	Passivos	
Hedge de Fluxo de Caixa					
Hedge de Captações					
Empréstimos no Exterior/País	283.750	(290.968)	-	(289.270)	(1.698)
2022					
Instrumentos de Hedge					
	Valor Nominal	Valor na Curva	Valor de Mercado		Ajuste ao MTM
			Ativos	Passivos	
Derivativos					
Contratos de Swap	187.918	(6.153)	3.048	(12.456)	(3.255)
2021					
Objetos de Hedge					
	Valor Nominal	Valor na Curva	Valor de Mercado		Ajuste ao MTM
			Ativos	Passivos	
Hedge de Fluxo de Caixa					
Hedge de Captações					
Empréstimos no Exterior/País	102.275	(109.024)	-	(109.314)	290
Empréstimos no Exterior/País	25.004	(25.004)	-	(26.117)	-
Total	127.279	(134.028)	-	(135.431)	290
2021					
Instrumentos de Hedge					
	Valor Nominal	Valor na Curva	Valor de Mercado		Ajuste ao MTM
			Ativos	Passivos	
Derivativos					
Contratos de Swap	102.275	(5.400)	7.684	(1.168)	1.116
Contrato NDF - Non Deliverable Forward	26.442	(1.082)	-	(1.108)	(26)
Total	128.717	(6.482)	7.684	(2.276)	1.090

d. Composição dos Instrumentos Financeiros Derivativos Ajuste ao Patrimônio Líquido

	2022	2021
Saldo anterior	832	(203)
Ajuste ao PL MTM - Diferencial Derivativos	(5.208)	5.723
Ajuste ao PL MTM - Empréstimos no Exterior	1.987	(3.689)
Ajuste ao PL MTM antes dos impostos	(3.221)	2.034
Impostos IR/CS Ajuste PL MTM	1.449	(915)
Impostos IR/CS Ajuste NDF inefetiva (1)	84	(84)
Total Impostos IR/CS	1.533	(999)
Movimento do Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.688)	1.035
Total do Ajuste de Avaliação Patrimonial	(856)	832

(1) O valor do imposto IR/CS composto por 45% a base antes dos impostos é de R\$ 1.449 em 2022 e R\$ 915 em 2021

e R\$ 84 de ajuste NDF em 2022 e 2021, totalizando R\$ 1.533 em 2022 e R\$ 999 em 2021.

O resultado da marcação a mercado da estrutura designada como *Hedge* de risco de fluxo de caixa está contabilizado no patrimônio líquido, correspondendo um débito no montante de (R\$ 856) e um crédito no montante de R\$ 832, líquidos dos efeitos tributários em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, respectivamente.

e. Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	2º Semestre		
	2022	2022	2021
Rendas com Operações com Derivativos	24.248	52.519	33.348
Despesas com Operações com Derivativos	(35.409)	(74.386)	(27.558)
	(11.161)	(21.867)	5.790

7 Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

a. Composição das Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro

	2022		2021	
	Valor	%	Valor	%
Operações Financiamento - CDC	670.679	93,9	461.919	96,0
Operações Financiamento - FINAME	43.663	6,1	18.401	3,8
Operações de Arrendamento Financeiro (1)	-	-	722	0,2
TOTAL	714.342	100,0	481.042	100,0

- (1) A carteira está representada pelas operações de arrendamento mercantil pelo método financeiro, demonstradas pelo valor presente dos contratos, R\$ 722 em 31 de dezembro de 2021, em 31 de dezembro de 2022 a carteira foi totalmente liquidada, conforme abaixo:

	2022	2021
Arrendamento a Receber	-	117
(Renda a apropriar de Arrendamento Financeiro)	-	(117)
Imobil. de Arrend. Líquido de Depreciação	-	4.742
Credores por Antecipação de Valor Residual	-	(4.020)
Valor Presente de Arrendamento Financeiro	-	722

b. Rendas de Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro

	2º Semestre		
	2022	2022	2021
Operações de Crédito			
Operações Financiamento - CDC	43.197	74.080	45.617
Financiamento - FINAME	3.816	6.600	511
Operações de Arrendamento Financeiro	362	4.058	16.668
TOTAL	47.375	84.738	62.796

c. Composição por Setor de Atividade de Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro

	2022		2021	
Setor Privado	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	51.180	7,2	37.356	7,8
Pessoa Jurídica	663.162	92,8	443.686	92,2
Serviços	255.304	35,7	157.164	32,7
Comércio	328.942	46,0	235.128	48,9
Rural	7.177	0,9	1.984	0,4
Indústria	60.263	8,4	44.613	9,2
Empresariais	11.476	1,6	4.797	1,0
TOTAL	714.342	100,0	481.042	100,0

d. Concentração dos principais devedores

	2022		2021	
	Valor	%	Valor	%
Principal Devedor	31.543	4,4	22.520	4,7
10 Maiores Devedores	95.322	13,3	80.725	16,8
50 Maiores Devedores	194.468	27,2	132.642	27,6
100 Maiores Devedores	147.416	20,6	94.987	19,7
Demais Devedores	245.593	34,4	150.168	31,2
TOTAL	714.342	100,0	481.042	100,0

Os valores apresentados por Maiores Devedores não são acumulativos entre si.

e. Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro por Faixas de Vencimentos

	2022		2021	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas (1)	2.523	0,4	457	0,1
A Vencer até 30 Dias	29.173	4,1	18.813	3,9
A Vencer de 31 a 60 Dias	30.586	4,3	19.555	4,1
A Vencer de 61 a 90 Dias	28.354	4,0	18.568	3,9
A Vencer de 91 a 180 Dias	78.193	10,9	52.841	11,0
A Vencer de 181 a 360 Dias	137.293	19,2	91.686	19,0
A Vencer acima de 361 Dias	408.220	57,1	279.122	58,0
TOTAL	714.342	100,0	481.042	100,0

- (1) O Banco possui operações de crédito vencidas há mais de 90 dias em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

f. Carteira de Créditos e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Créditos distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

			2022		2021	
			Valor Operações de Crédito	Provisão	Valor Operações de Crédito	Provisão
Níveis de Risco	% Provisão Mínima Exigida	% Provisão Adicional				
A	0,50	0,13	172.945	(1.090)	137.427	(866)
B	1,00	0,50	533.603	(8.004)	341.993	(5.130)
C	3,00	1,75	4.910	(233)	1.472	(70)
D	10,00	5,00	1.533	(230)	9	(1)
E	30,00	5,00	46	(16)	-	-
F	50,00	5,00	602	(331)	-	-
H	100,00		703	(703)	141	(141)
TOTAL			714.342	(10.607)	481.042	(6.208)

g. Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	2ºSemestre		
	2022	2022	2021
Saldo Inicial	(8.169)	(6.208)	(5.064)
Constituição de Provisão	(2.441)	(4.507)	(2.736)
Reversão de Provisão	3	30	743
Créditos baixados p/ prejuízo	-	78	849
Saldo Final	(10.607)	(10.607)	(6.208)

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam operações recuperadas, (R\$ 745 em 31 de dezembro de 2021), baixadas para prejuízo R\$ 78, (R\$ 849 em 31 de dezembro de 2021) e contratos renegociados no montante de R\$ 3.161 (R\$ 5.304 em 31 de dezembro de 2021).

8 Outros Ativos Financeiros

	2022	2021
Rendas a Receber ⁽¹⁾	6.098	374
TOTAL	6.098	374

(1) Refere-se a valores a receber de subsídio da Controladora KBI.

9 Outros Ativos

	2022	2021
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	2.933	1.244
Máquinas e Equipamentos	2.933	1.244
Despesas Antecipadas	90	44
Despesas Antecipadas (1)	90	44
Diversos (2)	2.836	1.360
TOTAL	5.859	2.648

(1) Refere-se a despesas antecipadas de serviços prestados de terceiros.

(2) Refere-se a valores a receber de clientes de contratos CDC no próximo dia útil.

10 Imobilizado de Uso

	2022			2021		
Itens imobilizado de Uso	Valor do Custo	Depreciação	Saldo Contábil	Valor do Custo	Depreciação	Saldo Contábil
Mobiliários Moveis e Equipamentos	479	(304)	175	442	(255)	187
Veículos	606	(213)	393	725	(349)	376
TOTAL	1.085	(517)	568	1.167	(604)	563

11 Depósitos

Os Depósitos a Prazo estão classificados de acordo com seus vencimentos contratuais com taxa média de juros pós-fixada em DI, e os Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) estão classificados de acordo com seus vencimentos com taxa pré-fixada em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

a) Depósitos - por Prazo de Exigibilidade

	2022			2021		
	até 360 dias	Acima de 360	Total	até 360 dias	Acima de 360	Total
Depósitos Interfinanceiros						
CDI -DI não Ligada (1)	29.343		29.343	183.889	17.157	201.046
CDI -Pré não Ligada (1)	110.666	64.069	174.735	-	25.740	25.740
Depósitos a Prazo						
CDB -Pós Ligada (1)	-	-	-	210	-	210
Total	140.009	64.069	204.078	184.099	42.897	226.996

- (1) Os Depósitos a Prazo e Interfinanceiros tem liquidez diária e podem ser resgatados a qualquer momento sem ônus ao Banco.

12 Obrigações por Empréstimos no Exterior e no País

Obrigações por empréstimos no exterior, são representadas por recursos em moeda estrangeira, sobre os quais incidem encargos financeiros acrescidos de juros no montante de R\$ 289.270 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 135.431 em 31 de dezembro de 2021.

	2022			
	Principal	Curva	Valor de Mercado	Ajuste ao MTM
Obrigações por Empréstimos no Exterior e no País				
Empréstimos em Moeda Estrangeira	283.750	290.968	289.270	(1.698)
Valor Total	283.750	290.968	289.270	(1.698)
	2021			
	Principal	Curva	Valor de Mercado	Ajuste ao MTM
Obrigações por Empréstimos no Exterior e no País				
Empréstimos em Moeda Estrangeira	127.279	134.028	135.431	290
Valor Total	127.279	134.028	135.431	290

13 Obrigações por Repasses no País

Recurso do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais – FINAME, sujeitos a encargos contratuais pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e Taxa Selic, acrescido de juros conforme as políticas operacionais do BNDES com vencimento até outubro de 2027.

a. Obrigações por Repasses

No país - Instituições Oficiais

2022						
Programa	até 1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	Acima 5 anos	Total
FINAME						
Pós- fixado	15.553	11.864	10.355	4.613	1.155	43.540

2021						
Programa	até 1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	Acima 5 anos	Total
FINAME						
Pós- fixado	5.144	5.383	2.910	2.950	1.927	18.314

14 Outros Passivos

	2022	2021
Pagamento de Pessoal (1)	2.621	2.397
Provisão Despesas Administrativas	147	139
Fornecedores	421	348
Diversos (2)	577	206
Provisão Dividendos a pagar	5.167	-
Valores de subsídios apropriar (3)	18.554	6.009
TOTAL	27.487	9.099

(1) Conforme Resolução nº 4.877/20 do CMN estão reconhecidos os aumentos referentes aos bônus futuros, férias, décimo terceiro e encargos sociais.

(2) IOF sobre Operações de Crédito.

(3) Refere-se às receitas dos contratos com taxas subsidiadas pela Komatsu Brasil International Ltda.

15 Patrimônio Líquido

a. Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 150.000.000 (Cento e Cinquenta milhões de Reais), divididos em 150.000.000 (Cento e Cinquenta milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Em 10 de novembro de 2021, o Banco aumentou seu capital em R\$ 50.000.000 (Cinquenta milhões de Reais), passando para um total de seu Capital Social para R\$ 150.000.000 (Cento e cinquenta milhões de Reais), divididos em 150.000.000 (Cento e cinquenta milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b. Reserva Legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido do período para a constituição da Reserva Legal, até que esteja alcançado o limite de 20% do capital social realizado previsto em Lei.

c. Reserva para Expansão

A Reserva para Expansão foi criada para registro dos resultados dos exercícios, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais ao Banco.

d. Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária do Banco foi constituída por determinação do estatuto social, a partir de 2022, sendo que a Administração reclassificou os valores da Reserva para Expansão para Reserva Estatutária, conforme estatuto social do Banco, no montante de R\$ 17.304.

e. Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos e juros sobre o capital próprio que somados, correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

Os Juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros.

Em 31 de dezembro de 2022, houve uma provisão de 50% do lucro do exercício para dividendos no valor de R\$ 5.167.

16 Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20, como segue:

Coligadas do Grupo Controlador	2022	2021
ATIVO		
Rendas a Receber (1)	6.149	441
Komatsu Brasil International Ltda. - Coligada	6.098	374
Komatsu Mexico Ltda. - Coligada	51	67
TOTAL	6.149	441
PASSIVO		
Pagamentos a Efetuar (2)	55	40
Komatsu Brasil International Ltda. - Coligada	55	40
Depósito a Prazo - CDB	-	211
Komatsu Brasil Holding Financeira Ltda. - Controladora	-	211
TOTAL	55	251
RESULTADO		
Rendas de Financiamento Subsidiado	6.481	4.721
Komatsu Brasil International Ltda. - Coligada	6.481	4.721
Outras Despesas Administrativas (3)	(648)	(559)
Komatsu Brasil International Ltda. - Coligada	(648)	(559)
Despesa de Depósito a Prazo	(4)	(177)
Komatsu Brasil Holding Financeira Ltda. - Controladora	(4)	(177)
TOTAL	5.829	3.985

(1) Refere-se a recebimento de subsídio de taxas sobre operações de crédito.

- (2) Refere-se a pagamentos a efetuar conforme contrato de compartilhamento de despesas gerais e administrativas.
- (3) Refere-se, basicamente, a compartilhamento de despesas gerais e administrativas.

Remuneração dos administradores

De acordo com o Estatuto Social do Banco, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores.

Os gastos com remuneração dos administradores do Banco, foram definidos o limite máximo de até R\$ 4.400 nos exercício de 2022 e 2021.

17 Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Demonstração do cálculo dos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado Antes da Tributação	20.325	20.325	18.908	18.908
Participação nos Lucros	(391)	(391)	(223)	(223)
Base para tributação	19.934	19.934	18.685	18.685
(+) Adições Permanentes	571	32	530	26
(+) Adições Temporárias	5.832	3.162	1.723	1.723
(-) Exclusões Temporárias	-	-	4.039	-
Resultado Antes da Compensação	26.337	23.128	24.977	20.434
Realização/Constituição Crédito Tributário	-	-	-	-
Base de Cálculo IRPJ/CSLL	26.337	23.128	24.977	20.434
Alíquota Nominal (15% IRPJ)	(3.950)	-	(3.746)	-
Alíquota Nominal (10% adicional - IRPJ)	(2.610)	-	(2.474)	-
Total Imposto de Renda (antes incentivos)	(6.560)	-	(6.220)	-
(-) Incentivo Fiscal - PAT	-	-	-	-
Despesa Imposto de Renda Corrente	(6.560)	-	(6.220)	-
Alíquota Nominal (20% CSLL)	-	(4.724)	-	(2.068)
Alíquota Nominal (25% CSLL)	-	-	-	(2.527)
Total Imposto de Contribuição Social	-	(4.724)	-	(4.595)

b. Origem dos Créditos Tributários e das Obrigações Fiscais Diferidas

Créditos Tributários

	2021	Constituição	Realização	2022
IR e CSLL diferidos originados por:				
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	3.104	1.669	-	4.773
Outras adições Temporárias	944	50		994
Total de Créditos Tributários s/diferenças temporárias	4.048	1.719	-	5.767

Obrigações Fiscais Diferidas

	2021	Constituição	Realização	2022
IR e CSLL diferidos originados por:				
Provisão de Superv. depreciação operações de arrend.mercantil	668	-	(668)	-
Provisão de Derivativos de Hedge de Fluxo de Caixa	832	-	(832)	-
Total de Obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	1.500	-	(1.500)	-

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Banco possuía créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados com base nas alíquotas vigentes, conforme demonstrado a seguir. Esses créditos estão registrados em “Ativos Fiscais e Passivos Fiscais”, tendo em vista as estimativas dos créditos, face à projeção de lucros tributáveis baseada em estudo técnico que é revisto no mínimo semestralmente.

Os principais fatores que fundamentam a projeção de rentabilidade futura deste estudo são:

- Premissas básicas aderentes ao plano estratégico do Banco e ao cenário macroeconômico atual;
- Projeções de resultado compatíveis com os negócios, estratégias e estruturas operacionais e de capital;
- Crescimento da carteira de crédito e dos “spreads” aderentes às expectativas de mercado;
- Incremento nas receitas de prestação de serviços, tarifas e outras receitas, compatíveis com o mercado e com a estrutura de produtos oferecidos pelo Banco; e
- Estimativa de despesas e custos operacionais baseada na inflação projetada e nas necessidades operacionais do Banco.

A realização desses créditos tributários, no período estimado, depende da materialização dessas premissas na forma como projetadas.

c. Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

A seguir, apresentamos a expectativa anual de realização dos créditos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculados sobre diferenças temporárias, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a Taxa Selic projetada ano a ano, para os próximos 5 anos, aplicada sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes na data do balanço.

Ano de Realização	Valor	Valor Presente	% de Realização
2023	2.261	2.015	39%
2024	1.551	1.419	27%
2025	1.038	961	18%
2026	616	570	11%
2027	301	279	5%
TOTAL	5.767	5.244	100%

18 Valor Justo dos Ativos e Passivos Financeiros

a. Determinação e Hierarquia do Valor Justo

O Banco utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de “Fluxo de caixa descontado”, nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.

Classificação contábil	2022	2021
Ativos Financeiros avaliados por seu valor justo:	Nível 2	Nível 2
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.048	7.684
Passivos Financeiros avaliados por seu valor justo:		
Instrumentos Financeiros Derivativos	12.456	2.276
Obrigações p/Empréstimos no Exterior	289.270	135.431

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Banco não possuía nenhum Ativo e Passivo Financeiros classificados nas categorias Nível 1 e Nível 3.

b. Método de Apuração do valor Justo

A melhor evidência de valor justo é o preço cotado em mercado ativo. A maioria das técnicas de avaliação emprega dados observáveis de mercado, caracterizando alto grau de confiança no valor justo estimado.

Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de Ativo ou Passivo financeiros forem adotadas pelo mercado, estes são incluídos no nível 2.

19 Estrutura de Gerenciamento de Risco

Como em toda atividade bancária, as operações do Banco estão sujeitas a vários tipos de riscos, sendo assim, a alta administração do Banco considera a gestão de riscos e *compliance* essenciais para o bom desempenho e continuidade de negócios.

A área de gestão de riscos e *compliance* do Banco atua de maneira integrada e está configurada em conformidade com a complexidade de suas operações, de forma a atender às boas práticas de mercado e às disposições da regulamentação em vigor.

O processo de gerenciamento de riscos e *compliance* conta com a participação de todas as camadas hierárquicas do Banco, que abrange desde as unidades de negócio até a Diretoria e seus Comitês.

O Banco possui um Comitê de Riscos e *Compliance* que tem como principal atribuição o aprimoramento das ferramentas de controle e processos, acompanhamento, monitoramento dos riscos do Banco, aprovação de novos instrumentos normativos e políticas internas.

Maiores detalhes sobre as informações relativas à estrutura de gerenciamento de riscos e relatórios de transparência estão disponíveis na aba Governança na página do Banco na web, no endereço: www.bancokomatsu.com.br. (não auditado).

a. Risco de Crédito

Em conformidade a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco possui estrutura de gerenciamento de risco de crédito, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades do Banco.

O Banco utiliza modelo próprio de classificação do risco de crédito onde são considerados aspectos quantitativos e qualitativos. A classificação de crédito baseia-se em informações tais como: a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua, as garantias oferecidas e a destinação do crédito. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas que garante a detalhada observação e avaliação do risco das operações, bem como a necessária tempestividade e flexibilidade na sua aprovação.

Os princípios de controle do Banco estão descritos nas políticas de risco que estão em constante desenvolvimento e manutenção.

b. Risco de Mercado

Em conformidade a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco possui estrutura de gerenciamento de risco de mercado, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades do Banco.

Por se tratar de um banco de nicho, operando basicamente no financiamento de bens da própria marca para pessoas físicas e jurídicas, o perfil de exposição ao risco de mercado do Banco é conservador. Os investimentos da tesouraria são restritos ao excedente de caixa, estão disponíveis para venda e não possuem finalidade especulativa, sendo assim, são registrados na carteira de não negociação (Banking).

O Banco utiliza instrumentos derivativos de *hedge* para proteger suas operações, sujeitas a variação cambial. A estratégia consiste exclusivamente em compensar os riscos de variações de preços de mercado, não assumindo nenhuma posição especulativa.

O capital mínimo requerido para cobertura do risco das exposições sujeitas à variação de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN-IRRBB) é calculado mensalmente através da metodologia NII (Net Interest Income) de acordo com preceitos a Resolução BCB nº. 48/2020.

c. Análise de Sensibilidade para Risco de Mercado

O objetivo da análise de sensibilidade é apoiar a alta administração do Banco, no que diz respeito ao entendimento sobre o potencial de impacto que certas situações, adversas ou não, provocariam no capital do Banco.

Para realização da análise de sensibilidade é utilizada ferramenta sistêmica de análise de risco, onde se estabelecem cenários de longo prazo que afetam os parâmetros ou variáveis definidas para a mensuração de risco do Banco.

Por se tratar de um Banco que não possui apetite de risco para posições especulativas ou que sejam vinculadas a variação de moedas e preços de mercado, e que opera basicamente com posições ativas e passivas mantidas até o vencimento e classificados na carteira de não-negociação (*Banking*), a análise baseia-se em valorização ou desvalorização do capital do Banco, em decorrência de mudanças nas taxas de juros estruturais praticadas no mercado.

Tal análise se mostra eficaz, na medida em que as posições são majoritariamente compostas de operações de crédito, captações e investimento do excedente de caixa, cujo registro contábil é realizado pelas taxas pactuadas nas operações, ou seja, pelo valor justo. Diante desta característica, conclui-se que os efeitos das oscilações de taxa de juros são refletidos no patrimônio líquido do Banco e não no resultado. Existem também operações atreladas a instrumentos de *hedge*, que visam eliminar completamente os efeitos de oscilações de moeda estrangeira sobre o patrimônio do Banco.

Nos cenários analisados, os fluxos de caixa futuro das posições ativas e passivas são marcados a mercado nas respectivas datas-bases, de acordo com a curva de juros para cada fator de risco, informado pela B3 (ETTJ – Estrutura a Termos de Taxa de Juros).

Por fim, as exposições são calculadas pela diferença entre as posições ativas e passivas, cujos valores positivos representam exposições compradas e os valores negativos representam exposições vendidas.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade da Carteira Banking para as data-base de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

		2022			2021			
		Impactos no Capital			Impactos no Capital			
Fatores de risco	Exposições	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Exposições	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Pré-fixado	212.049	4.361	(8.251)	(19.560)	189.157	4.084	(7.766)	(18.519)
SELIC	2.439	24	(47)	(113)	1.181	15	(29)	(69)
TJLP	-	-	-	-	11	-	-	-
CDI	(7.674)	(104)	206	501	547	(264)	512	1.232
Total	206.814	4.281	(8.092)	(19.172)	190.896	3.835	(7.283)	(17.356)

A análise de sensibilidade foi realizada considerando-se os seguintes cenários:

- Cenário 1: refere-se ao cenário realista com viés positivo, onde as taxas de juros estruturais sofrem uma redução de um ponto percentual (100 bps) em toda a curva de juros futuros, para todos os fatores de risco, independente do prazo de vencimento;
- Cenário 2: refere-se ao cenário realista com viés negativo, onde as taxas de juros estruturais sofrem uma elevação de dois pontos percentuais (200 bps) em toda a curva de juros futuros, para todos os fatores de risco, independente do prazo de vencimento;
- Cenário 3: refere-se ao cenário de estresse, onde as taxas de juros estruturais sofrem uma elevação de cinco pontos percentuais (500 bps) em toda a curva de juros futuros, para todos os fatores de risco, independente do prazo de vencimento.

d. Risco de Liquidez

Em conformidade a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco possui estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da Instituição.

As políticas e procedimentos internos de gestão de riscos visam cobrir:

- Risco de liquidez operacional, oriundo da necessidade de caixa para fazer frente às despesas administrativas;
- Risco de liquidez de financiamento, oriundo da necessidade de caixa para fazer frente à contratação de novos negócios de acordo com o planejamento estratégico do Banco;
- Risco de liquidez associado ao risco mercado, oriundo dos descasamentos entre ativos e passivos do Banco.

Tais políticas e procedimentos estabelecem parâmetros para a posição mínima de liquidez do Banco e possuem capacidade de mensurar se o banco está operando nesses parâmetros, gerando relatórios tempestivos à administração que permitem tomar decisões sobre liquidez e monitorar os resultados dessas decisões.

e. Risco Operacional

Em conformidade a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco possui estrutura de gerenciamento do risco operacional, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades do Banco.

O processo de monitoramento do Risco Operacional envolve toda a estrutura do Banco, iniciando-se com os colaboradores que identificam os riscos, os gestores de processos que avaliam os riscos, passando pela área de gestão de risco e Comitê de Riscos e *compliance* que determinam as ações para sua mitigação.

Os trabalhos de Auditoria Interna complementam tal processo, devendo constar dos seus relatórios a avaliação do sistema de controles internos e riscos.

Em conjunto com a área de gestão de riscos e *compliance* às demais áreas de negócios do Banco são responsáveis pela elaboração e cronograma dos planos de ação, cuja finalidade são de aprimoramento dos processos e controles internos. Os planos de ação são aprovados e acompanhados sistematicamente pelo comitê de riscos e *compliance*.

Com relação ao atendimento dos requisitos de Basileia, o Banco gerencia seus riscos operacionais utilizando a abordagem básica para alocação de capital.

f. Risco Socioambiental

Em conformidade a Resolução CMN nº 4.945/21, o Banco possui estrutura de gerenciamento do risco socioambiental, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades do Banco.

Na condução de seus negócios, o Banco possui política, procedimentos, e práticas que visam mitigar o risco socioambiental em toda a sua cadeia produtiva, desde o estabelecimento de canais de comunicação com clientes internos e externos até o monitoramento das atividades de seus clientes tanto no momento da aprovação de crédito quanto no decurso de relacionamento com o Banco.

20 Gerenciamento do Capital

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, o processo de gestão de capital está centrado no acompanhamento mensal da adequação do Patrimônio de Referência (PR) e visa assegurar que o Banco mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento de suas atividades.

a. Planejamento de Capital

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, anualmente o Banco elabora plano de capital com o objetivo de estimar o enquadramento dos limites regulatórios e de apetite de risco do Banco, de acordo com o planejamento estratégico do Banco para um horizonte de três anos.

O plano de capital é aprovado pelo Comitê de Risco e *Compliance*, que também é responsável pelo acompanhamento trimestral dos limites planejados em relação os valores realizados, assim como, pelo acionamento do plano de contingência de capital em caso de necessidade específica.

b. Teste de Estresse

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17 e de acordo com a complexidade de suas operações, produtos e mercado de atuação, o Banco estabelece um estudo periódico para avaliar de maneira prospectiva o impacto no capital do Banco diante de situações adversas de mercado, ou que tenham potencial de quebra de premissas de resultados consideradas no seu planejamento estratégico.

Os cenários considerados no programa de teste de estresse são um conjunto de premissas previamente definidas, que abrangem os fatores de risco relevantes e concentrações significativas, que visam estabelecer níveis severos de quebra da normalidade dos indicadores de risco. Os cenários também são elaborados de maneira a considerar os efeitos decorrentes da interação entre os diversos fatores de riscos existentes.

O Comitê de Riscos e *Compliance* é o órgão interno responsável pela aprovação do teste de estresse e deliberação sobre a necessidade de realização de testes de estresse específicos, oriundos de situações adversas identificadas nas rotinas de gerenciamento de riscos.

c. Índice de Capital

O Índice de Basileia, de Capital Principal, Nível I e Nível II, são requeridos para garantir a solidez do Banco e com intuito de suportar o crescimento do negócio.

O Índice de Capital é calculado com base na relação entre os ativos ponderados pelo risco e o capital do banco.

Os Índices de Capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 54/2020, que trata do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

A avaliação e suficiência de capital é feita periodicamente com intuito de verificar se o patrimônio de referência é suficiente para os riscos tomados pelo Banco.

	2022	2021
Patrimônio de Referência	172.613	169.133
PR - Nível I	172.613	169.133
Capital Principal (CP)	172.613	169.133
Capital Social	150.000	150.000
(+) Reservas de Capital, de Reavaliação e de Lucros	23.469	18.301
Ajuste ao Valor de Mercado	(857)	832
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	759.154	513.120
Risco de Crédito	719.589	482.365
Risco Operacional	39.565	30.756
Nível I	172.613	169.133
Capital Principal (CP)	172.613	169.133
Patrimônio de Referência	172.613	169.133
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	60.732	41.050
Folga em Relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	111.881	128.083

As Instituições financeiras têm que manter patrimônio líquido mínimo de 8,0% dos seus ativos consolidados ponderados por graus de risco, acrescidos de percentuais sobre os riscos de créditos, em ativos e passivos referenciados em variação cambial e em variação da taxa de juros, conforme normas e instruções do BACEN.

Em 31 de dezembro de 2022 o Banco está enquadrado neste limite operacional, onde o índice de capital corresponde a 22,74% (32,96% em 31 de dezembro de 2021).

Em complemento aos requerimentos mínimos de capital, a partir do 4º exercício de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748/15 do BACEN, que incorpora o Índice de Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. A RA é definida como a razão entre Capital de Nível I (capital de mais alta qualidade mantida pelos bancos) e Exposição Total (calculada nos termos da referida Circular). O índice de Alavancagem do Banco é de 22,26% em 31 de dezembro de 2022 (28,55% em 31 de dezembro de 2021).

21 Outras Receitas/(Despesas) operacionais

a. Outras Receitas /(Despesas) Operacionais

	2ªSemestre		
	2022	2022	2021
Receita de Prestação de Serviços	264	402	434
Outras Receitas Operacionais (1)	16.829	51.947	27.923
(Despesas) Tributárias	(943)	(1.795)	(2.127)
TOTAL	16.150	50.554	26.230

(1) Refere-se basicamente a Variação Cambial em 2022 e 2021.

b. Outras Receitas e Despesas

	2ªSemestre		
	2022	2022	2021
Resultado na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos p/venda	-	146	40
(Desvalorização) de Ativos não Financeiros Mantidos p/ venda	-	-	(90)
Recuperação de Despesa de Ativos não Financeiros Mantidos p/ venda (1)	-	90	95
Resultado na Alienação de Ativo Imobilizado de Uso	119	178	28
TOTAL	119	414	73

(1) Refere-se à recuperação das despesas pagas no semestre anterior, onde foi reconhecido no resultado apurado, e recebemos pelo acordo com o cliente.

c. Outras Despesas Administrativas

	2ªSemestre		
	2022	2022	2021
Despesas de Processamento de Dados	(923)	(1.662)	(1.165)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(468)	(933)	(916)
Despesas de Serviços Sistema Financeiro	(82)	(179)	(201)
Outras Despesas Administrativas	(106)	(210)	(300)
Despesas com Aluguéis	(218)	(437)	(337)
Despesas com Transportes	(14)	(29)	(19)
Despesas de Comunicação	(36)	(68)	(73)
Despesas de Viagens	(27)	(38)	(76)
Despesas de Publicações	(22)	(43)	(144)
Despesas de Depreciação	(94)	(179)	(174)
Despesas c/ Seguros	(47)	(99)	(122)
Despesas c/Promoções e Relações Públicas	(12)	(19)	(18)
TOTAL	(2.049)	(3.896)	(3.545)

d. Despesas de Pessoal e Honorários da Diretoria

	2º Semestre		
	2022	2022	2021
Proventos e Ordenados (1)	(2.606)	(5.207)	(4.715)
Encargos Sociais (2)	(866)	(1.673)	(1.689)
Benefícios (3)	(511)	(925)	(853)
Treinamento	(21)	(21)	(9)
TOTAL	(4.004)	(7.826)	(7.266)

- (1) Em 31 de dezembro de 2022 para Diretores R\$ 2.887, e para Funcionários R\$ 2.320. (2021 – Diretores R\$ 2.067, Funcionários R\$ 2.648).
- (2) Em 31 de dezembro de 2022 para Diretores R\$ 884, e para Funcionários R\$ 789. (2021 – Diretores R\$ 784, Funcionários R\$ 905).
- (3) Em 31 de dezembro de 2022 para Diretores R\$ 155, e para Funcionários R\$ 770. (2021 – Diretores R\$ 702, Funcionários R\$ 151).

22 Outras Informações

a. Remuneração de Pessoal Chave da Administração

A Resolução do CMN nº 3.921/10 tem como objetivo principal regulamentar e institucionalizar as políticas de remuneração dos administradores de instituições financeiras, assegurando seu alinhamento à política de gestão de riscos do Banco, no sentido de coibir comportamentos que possam ser considerados desalinhados dos níveis de segurança e de prudência desejados. A referida Resolução estabelece diretrizes sobre os programas de remuneração variável, também as responsabilidades na aprovação, operacionalização e divulgação das políticas de remuneração, bem como a criação de um comitê de remuneração.

Alinhando às regras da referida Resolução, a remuneração dos administradores do Banco, são baseados, (i) nas responsabilidades dos Administradores, considerando os diferentes cargos ocupados e as funções que desempenham; (ii) no tempo dedicado às suas funções; (iii) na competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) ao valor de seus serviços no mercado.

Os administradores do Banco são remunerados através de salários de acordo com o regime CLT, que estão apresentados na rubrica despesas de honorários.

b. Ativos e Passivos Contingentes

O Banco não possui contingência passiva classificada com risco de perda possível.

c. Resumo do Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966/21

Conforme a Resolução CMN nº 4.966/21, que trata sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, constituição de provisão para perdas esperadas sobre os riscos dos instrumentos e os reconhecimentos das relações de proteção (contabilidade de *hedge*), que entrará completamente em vigor em 01/01/2025, apresentamos um resumo do 1º plano de ação para sua implantação.

Para a 1ª fase do projeto, definimos 04 integrantes que irão se capacitar com estudo das Normas do IFRS, acompanhar periodicamente as mudanças que forem publicadas, interpretar e segregar por assunto. Para as próximas fases, iremos envolver os responsáveis de cada área de negócio e unidades operacionais, avaliar os impactos sistêmicos, pessoal e de controles internos, bem como aplicar as mudanças dentro dos prazos estipulados.

As principais áreas de negócio que serão impactadas no Banco são: (i) Operações com as parametrizações, testes em homologação e validações de processos; (ii) Tecnologia da Informação com as aplicações de todos os requerimentos solicitados pelo fornecedor de sistemas e ajustes após as homologações; (iii) Impostos com as demandas paralelas a Receita Federal; (iv) Contabilidade com as mudanças dos Cosif's alterando parâmetros nos legados envolvidos, acompanhando as mudanças dos resultados contábeis para a divulgação dos efeitos em demonstração financeira, alterações em todos os reportes gerenciais e regulatórios; (v) Risco de Crédito onde será implantado a nova regra de cálculo da provisão simplificada ou completa, arrastos das operações e *Writte-off*, todos de acordo com metodologia a ser aplicada.

* * *

Paulo Alves
Diretor Gerente

Luciana Moreno
Contadora
CRC 1SP222274/O-0